



Direitos humanos sob a perspectiva conservadora: uma leitura no digital (2016-2021)

Palavras-Chave: conservadorismo; direitos humanos; segurança pública; COVID-19.

Autores/as:

William Dias (IFCH – Unicamp)

Prof^ª. Dr^ª. Iara Aparecida Beleli (IA – Unicamp)

A escrita deste texto decorre de um momento excepcional na história: a crise da pandemia da COVID-19, que ultrapassa os 500 mil mortos no Brasil. Como podemos refletir sobre essa crise que atravessa diferentes experiências, sentimentos e questiona as bases em que nossa sociedade se estruturou histórica e socialmente? Viver durante a pandemia de COVID-19 e discutir sobre ela foi inevitável e a questão dos direitos humanos foi peça fundamental para nossa abordagem.

Sua origem remonta ao contexto do fim do séc. XVIII e está em disputa até a atualidade. Devido ao seu caráter essencialmente político, a discussão dos direitos humanos é atravessada pela definição de direitos e pelo sentimento de empatia (HUNT, 2009), o que justifica as mudanças sociais e políticas decorrentes dele. Em meio a pandemia da COVID-19, tais valores tomam significados e sentidos diversos ao serem aplicados em uma realidade transformada por medidas sanitárias e econômicas que impactam o cotidiano.

Diante de um número crescente de mortes diárias no Brasil e o questionamento científico em detrimento à defesa de medicamentos e tratamentos não eficazes contra a COVID-19, o presidente Jair Bolsonaro tornou-se destaque na mídia tradicional e nas mídias digitais. Seu protagonismo nas discussões políticas e nas mídias digitais (LERNER, 2019) é acompanhada por um número expressivo de pessoas e grupos que se identificavam como conservadores. Nesta pesquisa, destacamos três grupos: o Movimento Conservador (MC), o Articulação Conservadora (AC) e o Movimento Avança Brasil (MAB), que discutem e se posicionam ante diferentes formas de enfrentamento a pandemia aplicadas pelo governo federal.

A discussão sobre conservadorismo no Brasil pode ser observada sob a perspectiva da literatura científica e do posicionamento no espaço público e ativismo na internet dos grupos conservadores. Como sugere Scott (2005), conceitos e ideias em disputa podem ser observados em termos de paradoxo, a fim de perceber as contradições e a complexidade das tensões. O conceito de conservadorismo está em tensão com autoritarismo historicamente ao menos desde o séc. XIX (GENTILE, 2018), com progressismo, podendo estar mais próximos sobre a inclusão ou não de pautas consideradas morais (BELELI, 2021), como a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas (JUNQUEIRA, 2012) e liberalismo, seja como manifestação de uma fusão entre conservadorismo e neoliberalismo nos EUA (BROWN, 2019) ou como uma junção ideológica entre liberalismo e conservadorismo no Brasil (SILVA, 2021). Nesta pesquisa, os grupos foram selecionados

na rede social *Twitter* devido à sua autodenominação enquanto conservador, a fim de compreender quais são as ideias construídas em torno deste conceito. A partir dos grupos, fizemos uma busca simples no *Twitter* utilizando a palavra-chave “direitos humanos” e obtivemos 53 postagens entre 2016 e 2021, a fim de compreender como os direitos humanos são apresentados, discutidos e disputados por grupos conservadores. Utilizando as expressões e palavras-chave “liberdade”, “direitos”, “família”, “vírus chinês”, “vírus da China”, “coronavírus” e “Covid”, obtivemos mais de 200 postagens entre fevereiro de 2020 e junho de 2021, a fim de interpretar as discussões dos grupos conservadores ante medidas de enfrentamento à pandemia.

Os grupos conservadores analisados defendem ou repudiam um núcleo de ideias pautadas por princípios e valores que consideram ser conservadores e são marcados por uma aliança política em torno do presidente circunstancial do contexto político atual, podendo se modificar no decorrer do tempo, como já ocorreu com a relação entre o presidente Jair Bolsonaro e os governadores de São Paulo João Dória e de Goiás Ronaldo Caiado. A defesa da pátria, da *família tradicional*, da propriedade privada – representante maior do liberalismo econômico – e da cultura *cristã* ou *ocidental* se contrapõem ao repúdio de ideias *tiranas* ou *subversivas*, como *ideologia de gênero*, *politicamente correto* ou ações que possam abalar qualquer referência às ordens estabelecidas, culminando em manifestações autoritárias que impõem limites ao campo de atuação política democrática (BROWN, 2019).

Suas diferenças concentram-se sobretudo em sua forma de organização e disseminação de informações. O Movimento Conservador (MC) é marcado pela atuação política por grupos do *Telegram* e na política institucional na ALESP, através de um seus fundadores, a fim de preservar *valores da família, da pátria, da moralidade, da ética e respeito aos direitos individuais*. A Articulação Conservadora (AC) reúne um grupo de amigos *alinhados às pautas conservadoras* que utilizam um portal digital e um perfil no *Twitter* com o intuito de *devolver o direito ao contraditório a ideias que violam preceitos humanos devidos aos brasileiros* sob justificativa de estarem defendendo o *livre pensamento* e a *liberdade de expressão*. O Movimento Avança Brasil (MAB), o mais antigo e caracterizado como *maior movimento conservador no Brasil*, utiliza suas redes sociais para defender um Estado *liberal na economia e conservador nos costumes*.

Ao compreender a cosmovisão conservadora, buscamos compreender como esses grupos conservadores enfrentam a questão dos direitos humanos, atribuindo significados a suas disputas. Até 2018, o Movimento Avança Brasil (MAB) observava os direitos humanos de forma distante e o estigmatizava como próprio da “esquerda”, responsável por defender bandidos em oposição aos policiais militares mortos em operação e por tentar subverter o sentido de família na perspectiva conservadora (heterossexual) por meio da “ideologia de gênero” e do “politicamente correto”.

A associação entre os direitos humanos e a *defesa de bandidos* oposta aos policiais militares é uma das marcas do discurso conservador entre 2016 e 2018 e manifesta uma crítica às políticas de segurança pública dos governos petistas. A falha da agenda progressista com a segurança pública pode ser observada na negligência diante dos homicídios e da constante violência na periferia e pode levar a uma aderência social ao discurso conservador. Posta a crítica, a *esquerda* (que assume uma forma amorfa e indistinta) é apontada como a principal articuladora da deturpação do conceito de direitos humanos através de um *proselitismo político e*

ideológico progressista presente em diferentes espaços da política institucional, desde a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do governo Temer (MDB) até a Organização das Nações Unidas.

Fora do espaço político institucional, a discussão conservadora sobre os direitos humanos no espaço público se manifesta no debate sobre a *ideologia de gênero* e o *politicamente correto*. Essas duas ideias são apontadas como formas de expressão da disputa cultural atribuída à “esquerda”, que representa o mal propagado pelos professores em sala de aula. A escola – apontada como opositora aos valores propagados pelas famílias conservadoras – afetaria diretamente as crianças, que passariam a ser diretamente coordenadas pela coletividade familiar, substituindo o Estado como responsável pela garantia dos seus direitos (DORNELES, 2018). Ao privatizar a questão dos direitos das crianças e dos adolescentes, a responsabilização está atrelada ao homem e à mulher membros da família, cujos lugares sociais desempenhados pelos membros desta família são fixados (NETTO; CAVALCANTI; CHAGURI, 2019) e não podem ser alterados sob risco de ameaça da moralidade.

A partir da eleição de Jair Bolsonaro à presidência, a interpretação dos direitos humanos pelos conservadores foi modificada, especialmente pela atuação da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damara Alves, que passou a privilegiar a defesa da família e, por consequência, da mulher e das crianças. Entrelaçando dignidade e direitos humanos (BRASIL, 2019), o MMFDH defende que a mulher e crianças na primeira infância, por serem membros de uma “família”, deveriam ter sua dignidade e seus direitos protegidos em primazia pelo homem – chefe de família – e pelo Estado em segundo plano. A “família”, representada de forma unitária, é heteronormativa, cristã (ou temente a Deus) e legitimadora da execução política e ideológica de aspectos do conservadorismo e do neoliberalismo, diferenciando lugares sociais dos homens – responsáveis pelo sustento da família e por representá-la na vida pública – e mulheres – responsáveis pelo cuidado interno e pela vida privada –, condenando moralmente outras formas de família.

Por fim, buscamos investigar como os grupos se posicionam ante as formas de enfrentamento à pandemia do governo federal, identificando os argumentos para concordar ou discordar de medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19. O que foi denominado pela imprensa como negacionismo, uma estratégia que envolvia a disseminação da doença em busca de uma “imunidade de rebanho” combinado com a utilização de remédios sem eficácia contra a COVID-19 recomendado por alguns médicos, foi perpetuado através de ideias como liberdade, direitos e família. À defesa da liberdade de expressão se juntou o espriamento de notícias falsas sobre o combate à pandemia e as ações adotadas pelo governo federal para enfrentar a crise sanitária. A defesa do direito de ir e vir foi apontada como uma alternativa a medidas de restrição de circulação, articulada com o argumento de defesa da família e da economia. O distanciamento ideológico entre o governo Bolsonaro e o governo comunista chinês (presente em discursos e embates diplomáticos), a oposição à globalização e ao protagonismo chinês no cenário internacional e o nacionalismo de extrema-direita criou narrativas que responsabilizam a China pela pandemia, identificados em palavras como *comunavírus* e *vírus chinês*.

A família é vista como um espaço de luta pela liberdade, contra as medidas de restrição e circulação e o fechamento do comércio. O autoritarismo e a violência são apontados como recursos para combater o *progressismo*, o *esquerdismo* e outras forças apontadas como *tiranas*. A liberdade (sobretudo individual) é

ameaçada sob diversas frentes: necessidade de uso obrigatório de máscaras, distanciamento e isolamento social simbolizado nela frase “Fique em casa”, em referência aos cientistas e ao governador do estado de São Paulo João Dória. Liberdade e ciência, assim como saúde e economia, apresentam-se tensionados nestes argumentos, disputando entre si e variando conforme seus alinhamentos políticos. Na disputa com o governador de São Paulo, o discurso científico é apropriado para tecer críticas às formas de enfrentamento à pandemia adotadas, em outros momentos, o negacionismo da ciência é amplamente disseminado pelo presidente e por seus seguidores nas mídias.

A defesa do direito de ir e vir e do livre exercício da manifestação de pensamento e da liberdade de expressão são outras frentes de disputa pelo enfrentamento à pandemia da COVID-19. O direito de ir e vir estaria sob ameaça devido às medidas de restrição de circulação e a liberdade de expressão seria ameaçada sobretudo pelos detentores das plataformas, que teriam retirado de circulação algumas postagens contendo informações falsas. Dentre os discursos negacionistas, identificamos a recorrente reivindicação do uso de medicamentos do *kit covid* ou do *tratamento precoce*, ora para uso em casos graves da doença (mar. 20), ora para evitar seu agravamento (ago. 20). Entre o fim de agosto e o início de setembro de 2020, a vacinação passou a ser tema de discussão pelos grupos conservadores, que reivindicavam sua não obrigatoriedade, alegando a possibilidade de alterações corporais e questionando a eficiência científica das vacinas.

Como apresentado, a discussão sobre direitos humanos é modificada conforme as demandas, as alianças e as discussões políticas vigentes em um contexto histórico específico. Frente a uma realidade transformada com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência e com a pandemia da COVID-19, os direitos humanos foram transformados e passaram a tomar sentidos diferentes dos existentes nos governos petistas, e para acessar as discussões e disputas, utilizamos a rede social *Twitter* como fonte. Permeados por uma cosmovisão e integrados com o presidente Jair Bolsonaro, os grupos conservadores defendem uma série de valores e princípios denotados como conservadores e repudiam outros, estigmatizados como da “esquerda” ou “tiranos”. A crítica às políticas de segurança pública e ao que foi denominado como “ideologia de gênero” ou “politicamente correto” representam as estratégias de disputa política e moral utilizadas pelos conservadores. Em um contexto de pandemia, tais estratégias são modificadas e são apresentadas na defesa de remédios ineficazes cientificamente, da infecção coletiva, da rejeição a algumas vacinas ou à vacinação e da culpabilização da China como responsável pela pandemia.

BIBLIOGRAFIA

Levantamento bibliográfico

BELELI, Iara. *Discursos de ódio e as pautas morais do governo Bolsonaro*. In: COELHO, Maria Claudia e BELELI, Iara. **Emoções, Subjetividade e Políticas Públicas**. Lisboa, Etnográfica Press, 2021 [no prelo].

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

DORNELES, Alexia. *Família, conservadorismo e questão social: suas expressões na contemporaneidade*. In: **Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória, 2018, p. 1-16.

GENTILE, F. *A direita brasileira em perspectiva histórica*. **Plural**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 92-110, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017>. Acesso em: 10 jul. 2021.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

LERNER, Celina. **A Mentalidade Conservadora no Brasil**: uma análise da interação política em redes sociais digitais (2012 - 2018). 2019. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Abc, São Bernardo do Campo, 2019.

MESSEMBERG, Débora. *A direita que saiu do armário*: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado** [online]. 2017, v. 32, n. 03 [Acessado 10 Julho 2021], pp. 621-648. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>>. ISSN 0102-6992.

NETTO, Michel Nicolau; CAVALCANTE, Sávio Machado; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. *O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família*. In: 43º Encontro Anual da Anpocs, 2019, Caxambu. **Simpósio Temático**. Disponível em: <<https://bityli.com/NYPFV>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. “*Liberal na Economia e Conservador nos Costumes*”: *Uma totalidade dialética*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2021, v. 36, n. 107 [Acessado 10 Julho 2021], e3610702. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3610702/2021>>. Epub 31 Maio 2021.

Fontes digitais

ARTICULAÇÃO CONSERVADORA. **Página Inicial**. 2021. Twitter: @ArticulacaoC. Disponível em: <https://twitter.com/ArticulacaoC>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Página Inicial**. Disponível em: <https://articulacaoconservadora.org/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MOVIMENTO AVANÇA BRASIL. **Página Inicial**. 2021. Twitter: @MAvancaBrasil. Disponível em: <<https://twitter.com/MAvancaBrasil>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Página Inicial**. Disponível em: <<https://www.avancabrasil.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MOVIMENTO CONSERVADOR. **Página Inicial**. 2021. Twitter: @CONSERVADORLSMO. Disponível em: <<https://twitter.com/CONSERVADORLSMO>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Página Inicial**. Disponível em: <<https://movimentoconservador.com/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Relatório de Gestão 2018**. Brasília, DF, 2019.